

## **Aulas de educação física para pessoa com deficiência: efetividade imediata ou efeito prospectivo?**

## **Physical education classes for people with disabilities: immediate effectiveness or prospective effect?**

DOI:10.34117/bjdv7n10-354

Recebimento dos originais: 07/09/2021

Aceitação para publicação: 26/10/2021

### **Marcella Campelo da Silva Clemente**

Graduanda em Educação Física

Universidade Federal de Pernambuco

Rua João Fragoso de Medeiros - Jaboatão dos Guararapes - PE

E-mail: marcellacampelocl@gmail.com

### **Dandara Evelin Monteiro Silva**

Graduanda em Educação Física

Universidade Federal de Pernambuco

Rua General Polidoro – Recife - PE

E-mail: danevelinmonteiro@gmail.com

### **Bruno Rodrigo da Silva Lippo**

Doutor em Ciências Farmacêutica

Universidade Federal de Pernambuco

Rua Otávio Sarmiento Cardoso – Recife - PE

E-mail: profbrunolippo@gmail.com

### **RESUMO**

A Educação Física (EF) inicialmente possuía uma base higienista com forte nacionalismo, focando no preparo de homens fortes e viris para as guerras, assim, as práticas embasavam-se no “culto ao corpo” estereotipado a partir de um caráter de exclusão. A partir a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 4024/1961, foi estabelecido a obrigatoriedade da Educação Física Escolar, contudo, o viés higienista ainda era presente na metodologia das aulas vigentes, fazendo com que a EF só fosse internalizada e vivenciada por alguns, privilegiados. Segundo Ghiraldelli (1991), as aulas eram para que todos os alunos fossem “avaliados” através do seu porte físico e resistência, colaborando no processo de seleção natural, eliminando os fracos e premiando os mais fortes, no sentido da “depuração da raça”. Ou seja, era uma visão preconceituosa e segregadora. Com o passar dos anos, a EF evoluiu, novas metodologias surgiram com uma nova visão diante de práticas corporais a partir da inclusão, que trabalha e desenvolve os indivíduos de corpo inteiro. A partir daí, tornou-se tangível a busca por uma EF que abrange a todos. A Lei Federal nº 13.146/2015 assegura os direitos de inclusão da PcD (Pessoa com Deficiência). O art. I diz: “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” BRASIL (2015). Então, é notório observamos que é um direito legal da PcD em seu local de cidadã, também embasada na Constituição de 1988, diante do direito de igualdade de condições para o acesso e permanência na

escola suas garantias à educação de qualidade. Todavia, existe uma disparidade e lacunas entre a integração e a inclusão da PcD no âmbito escolar, a partir do cenário da igualdade e da equidade. A partir disso, a presente pesquisa buscou conhecer as limitações encontradas pelos profissionais de EF que atuam no âmbito escolar, de modo a analisar a inclusão das PcD nas aulas de Educação Física Escolar. A pesquisa possui caráter qualitativo e quantitativo, e foi realizada através de entrevistas narrativas, com o porte de formulário on-line (via plataforma Google Forms), com análise de dados a partir da porcentagem de gráficos e através de análise do conteúdo. Assim, a presente pesquisa concluiu que há déficits quanto ao processo de formação docente referente a área inclusiva e questões que necessitam ser revistas, moldadas e levadas ao poder público. Apesar das dificuldades e desafios para que ocorra a inclusão de Pessoas com Deficiência nas aulas de Educação Física, existem estratégias que tornam isso possível, de modo que é importante ressaltar a relevância da inclusão de alunos com deficiência no âmbito escolar e nas aulas de Educação Física de forma efetiva.

**Palavras-chave:** Educação Física, Inclusão, Pessoa com Deficiência, Educação Física Escolar.

#### ABSTRACT

Physical Education (PE) initially had a hygienist basis with a strong nationalism, focusing on the preparation of strong and virile men for wars, thus, the practices were based on the "body cult" stereotyped from a character of exclusion. After the creation of the Law of Directives and Bases for Education, number 4024/1961, the compulsory nature of School Physical Education was established; however, the hygienist bias was still present in the methodology of the classes in force, making PE only internalized and experienced by a privileged few. According to Ghiraldelli (1991), the classes were meant for all students to be "evaluated" through their physical size and resistance, contributing to the natural selection process, eliminating the weak and rewarding the strong, in the sense of the "race depuration". In other words, it was a prejudiced and segregating vision. As the years went by, Physical Education evolved, and new methodologies emerged with a new vision of body practices based on inclusion, which works and develops individuals as a whole body. From then on, the search for a PE that includes everyone has become tangible. The Federal Law No. 13.146/2015 ensures the inclusion rights of PcD (Person with Disabilities). Art. I says: "ensure and promote, under equal conditions, the exercise of rights and fundamental freedoms by people with disabilities, aiming at their social inclusion and citizenship" BRAZIL (2015). So, it is clear that it is a legal right of PcD in their place as citizens, also based on the Constitution of 1988, before the right of equal conditions for access and permanence in school their guarantees to quality education. However, there is a disparity and gaps between the integration and inclusion of PcD in the school environment, from the perspective of equality and equity. Based on this, this research sought to understand the limitations encountered by PE professionals working in the school, in order to analyze the inclusion of PcD in School Physical Education classes. The research is qualitative and quantitative, and was conducted through narrative interviews, using an online form (via the Google Forms platform), with data analysis through percentage charts and content analysis. Thus, this research concluded that there are deficits in the teacher training process regarding the inclusive area and issues that need to be reviewed, shaped and taken to the government. Despite the difficulties and challenges for the inclusion of people with disabilities in Physical Education classes, there are strategies that make it possible, so it is important to emphasize the relevance of the

inclusion of students with disabilities in the school environment and in Physical Education classes effectively.

Key-words: Physical Education, Inclusion, Person with Disability, School Physical Education.

## 1 INTRODUÇÃO

As aulas do componente curricular Educação Física (EF) foram introduzidas no Brasil no ano de 1835, no Colégio Imperial Pedro II. Naquela época, os Professores ministrantes eram oficiais do exército, com conteúdos higienistas e de culto ao corpo, em que eram utilizados os métodos dos manuais europeus de *Gymnástica*. Ao longo do século XIX e XX, as aulas de EF tentaram encontrar as suas bases epistemológicas e a sua essência (*serventia*) dentro do âmbito escolar. Então, a primeira base legal da EF foi em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 4024, na qual instituiu a EF obrigatória em todos os níveis de escolarização.

Apesar das aulas serem oferecidas em toda a escola, e parecer existir uma “verdadeira inclusão” de todos os alunos, na realidade, segundo Guiraldelli (1991), as aulas eram para que todos os alunos fossem “avaliados” através do seu porte físico e resistência, uma verdadeira aula de EF “biologicista”, colaborando com o processo de seleção natural, eliminando os fracos e premiando os mais fortes, no sentido da “depuração da raça”.

A partir dessa perspectiva, é notório observarmos que as aulas de EF possuíam o perfil excludente, visada para os mais fortes e habilidosos e descartava os mais fracos e menos ágeis. Tal fato pode ser observado, sobretudo, na fase esportivista (Educação Física Competitivista - após anos 64), em que era excluído do processo das aulas regulares e também dos treinos esportivos os indivíduos menos aptos para as determinadas habilidades e capacidades esportivas específicas, privando assim, esses indivíduos de vivenciarem os benefícios psicomotores e sociais que as atividades e exercícios físicos promovem. Todavia, felizmente, avanços ocorreram ao longo dos anos e a Educação Física brasileira abriu espaço para um novo olhar, em que a inclusão se faz presente. Segundo Tubino (1992) democratizar o esporte é assegurar igualdade de acesso à prática esportiva, sendo atingível a todas as pessoas.

A real inclusão das pessoas com deficiência (PcD) foi assegurada na Lei Federal nº 13.146/2015, em que o objetivo principal desse novo diploma legal consta no seu artigo primeiro: “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e

das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania”. Essa Lei dispõe sobre regras de acessibilidade e direitos tangentes da PcD, de garantias legais e constitucionais, diante da inclusão na sociedade e o exercício do indivíduo à cidadania.

Apesar dos avanços e conquistas referentes à inclusão de PcD, como as citadas anteriormente, para que a mesma aconteça de forma devida parece se fazer necessário novas perspectivas de mudança nas diferentes áreas da sociedade, como aponta Cordeiro (2019). De fato, nem sempre as leis apresentam-se ao mesmo tempo com as mudanças sociais, e os dispositivos legais realmente terão os seus efeitos alcançados muitos anos depois, sendo no chão da escola, nas aulas de Educação Física um grande desafio. Pois, nem sempre as escolas estão com estruturas adequadas para as aulas de EF e por sua vez, os profissionais podem não estar sendo formados em suas graduações devidamente respaldados de efetivo preparo prático e até teórico quando se refere a área da inclusão, para tratar com PcD nas aulas de EF escolar.

Assim sendo, se faz necessário investigar se de fato as escolas e profissionais de EF conhecem e aplicam as leis, e estão devidamente preparados para receber os alunos que possuam algum tipo de deficiência, para que estes estejam integrados e incluídos de forma ativa e participativa nas aulas do componente curricular Educação Física.

Nesse sentido, compreende-se que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, como afirma a Constituição Federal de 1988 (art. 205), que garante no art. 206, o princípio da "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Apesar da Carta Magna plasmar tais valores, a exclusão ainda permanece em nosso meio. Em 1994, sabendo-se da continuidade do processo excludente, o governo da Espanha promoveu em parceria com a UNESCO, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que resultou na “Declaração de Salamanca”, um documento vital para a promoção da Educação Inclusiva em todo o mundo, in verbis:

“O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Pensando desta maneira é que este documento começa a nortear todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos.” (Declaração de Salamanca, p. 5 - 6, 1994).

Logo após a referida declaração, as PcD passam a ser reconhecidas como pessoas que necessitam de respeito e educação de qualidade, destacando, hoje, a educação

inclusiva que vem sendo um grande desafio diante das indagações, inquietações e dificuldades pertinentes às práticas pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais de EF, sobretudo, no âmbito escolar.

No que concerne à legislação brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em seu art. 42, afirma que “A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015). Diante disso, é notório observarmos o valor da EF através das práticas inclusivas, se atento à interdisciplinaridade e aos temas transversais. “A transversalidade promove uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, bem como a percepção da implicação do sujeito de conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre ambos. Por essa mesma via, a transversalidade abre espaço para a inclusão de saberes extraescolares, possibilitando a referência a sistemas de significado construídos na realidade dos alunos (BRASIL, 1997).

Nesse contexto, o esporte, que teve posteriormente a sua transformação conceitual, acarretando o acesso à todos, foi segmentado em dimensões sociais: esporte-educação, esporte-participação/popular e esporte performance. Cabe-nos analisar que, no âmbito escolar não se busca adesão ao esporte rendimento que possui foco na vitória sob os adversários e propicia o esporte espetáculo, mas sim, o esporte participação que obtém seu cerne no prazer lúdico e no bem-estar dos participantes, e também o esporte-educação que tem seu eixo na manifestação educacional, como elemento social, de modo a oportunizar vivências da cultura corporal e do movimento. Pois, conforme o Coletivo de Autores (1992) a Educação Física escolar deve tratar pedagogicamente os elementos da cultura corporal, para que os estudantes possam se apropriar dela.

No que confere falar do esporte para a PcD, é válido considerá-lo sob a perspectiva do esporte enquanto um processo educacional. Para tal, Tubino (1992) aponta que o esporte como elemento da educação exige um caráter essencialmente educativo, pois a educação apresenta um fim, sobretudo, social. Desta forma, o esporte desenvolve-se como educação social, que ainda segundo Tubino (1992) contribui de maneira essencial e significativa no desenvolvimento da personalidade dos alunos. Partindo dessa compreensão, a prática esportiva por PcD corrobora com a formação de cidadão perante a sociedade através da inclusão nas aulas de EF escolar. Afinal de contas, negar um conhecimento esportivo é negar um conhecimento humano em sua essência; é despersonalizar a pessoa-humana.

Assim, a presente pesquisa objetivou conhecer as limitações encontradas pelos profissionais de Educação Física que atuam no âmbito escolar, e especificamente revelar se há a inclusão nas aulas de EF; descrever o perfil dos profissionais de EF; relatar a metodologia ministrada em aula; descobrir desafios e dificuldades encontradas nas aulas de EF em relação à inclusão; e encontrar formas de melhorias no ensino de alunos PcD nas aulas de EF.

## **2METODOLOGIA**

A pesquisa é de caráter descritivo, com abordagem quantitativa e qualitativa. Para Minayo (2000) a abordagem qualitativa é conceituada da seguinte maneira:

“A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à

operacionalização de variáveis.” (MINAYO, p. 21-22, 2000).

Então, a presente pesquisa apoia-se de forma subsidiária em aspectos elementares da abordagem qualitativa, no que concerne apenas aos aspectos descritivos. Além disso, a pesquisa tem caráter quantitativo pelo uso de gráficos e quantificação das opiniões e informações obtidas na pesquisa, utilizando o método survey.

Por sua vez, o objeto de estudo da presente pesquisa, apoia-se em técnicas de coleta e análise de dados (GAMBOA, 2007). Para tal, foi utilizado a técnica de entrevista narrativa, pois é uma das formas mais significativas em que o pesquisador pode captar os elementos do meio social, sendo realizada em três etapas: a fase exploratória, a coleta de dados e a análise dos mesmos (SOUZA JÚNIOR et al, 2011). Sendo, a fase exploratória feita através de revisão de literaturas; a coleta de dados através das entrevistas narrativas; e para a análise de dados foi utilizado o método da análise de conteúdo proposto por Bardin (2009).

A amostra ocorreu por conveniência (não probabilística), pois os elementos da amostra são selecionados por conveniência ou facilidade para o pesquisador. As amostras por conveniência podem ser facilmente justificadas em um estágio exploratório da pesquisa, como uma base para geração de hipóteses e insights (KINNEAR & TAYLOR, p. 187, 1979; CHURCHILL, p. 301, 1998), tal qual proposto para o presente objeto de investigação.

É válido pontuar que esse modelo de amostragem é empregado quando se deseja obter informações de maneira rápida e barata. Segundo Aaker et al, (1995), uma vez que esse procedimento consiste em simplesmente contatar unidades convenientes da amostragem, é possível recrutar vários tipos de sujeitos para a pesquisa. Quando do tipo snowball sampling (não lineal), trata-se de uma técnica conhecida no Brasil como “amostragem em bola de neve”, “bola de neve” ou “cadeia de informantes” (BIERNACKI e WALDORF, 1981; PENROD et al., 2003), que no nosso caso, consistiu na indicação dos participantes para que outros colegas professores de Educação Física participassem da pesquisa ao final de cada entrevista.

Salienta-se que este tipo de estudo é realizado para buscar pessoas de difícil acesso e populações de baixa incidência. Esta técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes até que seja alcançado o objetivo proposto (“saturação”) quando os novos

entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos anteriormente por outros entrevistados (WHA, 1994).

A Discente pesquisadora e o Pesquisador proponente deste estudo obtiveram a carta de anuência da SEDU antes da paralisação em decorrência da pandemia do COVID-19. A responsável técnica pela área de Educação Física da SEDU indicou e forneceu o contato de algumas escolas e professores de Educação Física que trabalhavam com alunos com algum tipo de deficiência. Após a análise e parecer favorável do CEP/UFPE, a pesquisa seria realizada no ambiente escolar, de modo que fosse possível a observação das aulas dos professores de Educação Física e posterior entrevista com esses discentes, porém, em decorrência da paralisação das aulas presenciais devido a pandemia, houve um novo plano e adaptação da pesquisa para o formato remoto, de modo que a entrevista para a coleta dos dados foi realizada por telefone através dos contatos indicados pela área técnica de Educação Física da SEDU, e a partir da amostragem de “bola de neve” também.

Inicialmente, os professores foram contactados para ser realizado o convite e serem apresentados à pesquisa, bem como a todos os procedimentos e aspectos éticos. Após a aceitação da participação na pesquisa, foi enviado o TCLE (termo de consentimento livre esclarecido) para leitura e assinatura, para somente então iniciar os procedimentos de coleta dos dados. Em seguida, foi agendado dia e horário para a entrevista, a partir da data e horário marcados foi realizada a ligação para que o professor respondesse a entrevista ao vivo por chamada de voz (telefone). No dia da entrevista foi enviado para o professor pesquisado o link do instrumento da pesquisa, o formulário (plataforma Google Forms) para que ele tivesse uma proximidade com as perguntas e a entrevista fluísse com mais agilidade. Após, durante a entrevista, foi anotado na plataforma todas as respostas dos entrevistados no formulário, essa medida adotada aumenta a fidedignidade da resposta do entrevistado.

Para compreender os modelos vigentes que se desvelam pelas respostas dos entrevistados, no que concerne à tabulação das respostas com as alternativas dicotômicas, foi realizado uma análise descritiva de frequência, sem inferência estatística, utilizando-se de porcentagem e análise por meio de gráficos. Por sua vez, para as respostas abertas, foi feita a análise do conteúdo e interpretação de acordo com o método abordado na metodologia.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo foram entrevistados nove professores de escolas públicas do estado de Pernambuco que trabalham no âmbito das aulas de Educação Física escolar com crianças e/ou adolescentes com algum tipo de deficiência. Professores esses que lecionam em escolas públicas estaduais, com turmas do 1º ano fundamental ao ensino médio e técnico em diversos turnos.

Os entrevistados possuem idades variantes entre 27 e 51 anos, 55,5% designam-se ser do sexo feminino e 44,4% do sexo masculino. Maior incidência, com 44,4%, tem mais do que 20 anos de formação; 33,3% têm de 15 a 20 anos de formados; 11,1% têm de 5 a 10 anos; e 11%,1% tem de 3 a 5 anos de formados. A maior parte dos entrevistados realizaram a graduação em instituições públicas, sendo 88,9% e 11,1% em instituição privada, com locações em UFPE, UPE e UNIPÊ.

Em relação à se ocorreria inclusão nas aulas de Educação Física Escolar, diante das respostas dos entrevistados, foi observado que sim, ocorreria, com 77,8% afirmando que ocorreria inclusão em suas aulas, e 22,2% afirmando que não ocorreria inclusão em suas aulas de Educação Física Escolar.

Porém, todos os professores afirmaram que abordam sobre inclusão em suas aulas, como por exemplo, “ministrando sobre grupos excluídos e marginalizados, enfatizando a importância da inclusão social”; “sobre as para paraolimpíadas e suas relações com a sociedade”; trazendo para discussão em sala um acontecimento da realidade da turma: “através do bullying com uma aluna autista, foi possível eu intermediar o diálogo com os demais alunos, explicando a realidade das PcD para os alunos, fazendo-os refletir e apresentar de forma crítica”; “abordando sobre a inclusão de PcD dentro do conteúdo dança”; “a partir de trabalhos com os alunos, de apresentações dos esportes adaptados”; “abordando sobre as diferenças e o respeito sobre elas. Trabalhando de forma igual para todos, levando em consideração as limitações ou individualidades.”; “a partir da aula de vôlei sentado”; através do diálogo com os alunos sobre deficiência, os tipos e vivências no esporte adaptado”; “através de temas transversais”.

A grande maioria, 88,9%, cursou a disciplina Educação Física adaptada/inclusiva. Apenas 11,1% não cursou, porém, 88,9% cursaram apenas uma disciplina relacionado a área inclusiva/adaptada voltado para PcD, que foram as disciplinas de Educação Física para pessoas com necessidades especiais e Libras. Diante do resultado da pesquisa, em que apenas 11,1% dos entrevistados cursaram a disciplinas de Libras, fica claro observamos o déficit em relação a capacitação dos professores em relação a receberem



alunos com deficiência auditiva, e a necessidade de investimento e massivo incentivo do setor público referente a capacitação gratuita e de qualidade para os docentes.

Cerca de 55,6% dos professores possuem capacitação ou curso na área adaptada/inclusiva para PcD, e 44,4% não possuem cursos ou capacitações. Logo, visto que 88,9% só cursaram apenas uma disciplina relacionada à área inclusiva para PcD na graduação, é notório a necessidade de cursos externos da academia para a apropriação do conhecimento nesta área, e que ainda há déficit na educação continuada, e também o interesse dos profissionais quanto a busca e realização da educação continuada referente a área inclusiva/adaptada para PcD, pois, 22,2% afirmaram não ter interesse em realizar cursos nessa área, e os demais, 77,8%, afirmaram ter interesse relatando que ainda não realizaram por motivos de: a grande maioria devido a “ausência de tempo”; “ausência na oferta de cursos inovadores na área”; “oportunidade e conhecimento de instituições que fornecem”.

Em relação ao fornecimento de formação continuada na área da Pessoa com Deficiência pela instituição de ensino que os docentes lecionam, 33,3% afirmaram que sim, é fornecido formação continuada; 44,4% disseram que não é fornecido; e 22,2% afirmaram que a instituição em que leciona já forneceu formação continuada, mas não fornece mais. Desse modo, 100% dos entrevistados concordaram que o poder público deve investir mais em capacitação de professores de Educação Física quanto a área da inclusão/adaptada, enfatizando essa necessidade para o âmbito escolar.

Referente a pergunta: “Você acredita que saiu capacitado para lidar com o público PcD da graduação?”, obteve um resultado em que nenhum dos entrevistados respondeu que sim. Ou seja, um fator grave e alarmante, no ponto da necessidade de modificação da grade curricular do curso Educação Física quanto a oferta da quantidade de disciplinas obrigatórias e a carga horária, sobre as disciplinas que dialogam com a área da inclusão e da Pessoa com Deficiência, de modo que os profissionais de Educação Física saiam da academia devidamente preparados e capacitados para lidar com o público PcD, a partir de vivência e experiências teóricas, com embasamento legal e práticas, quanto ao chão da escola e âmbito social.

Cerca de 66,7% afirmaram que aprenderam a lidar com esse público na prática do dia a dia, e 33,3% responderam que ainda não aprenderam a lidar com esse público. Ou seja, um ponto que merece grande atenção, mostrando que ainda existem profissionais que estão lecionando para PcD que não sabem lidar com esse público, mas, que exercem o ensino devido a necessidade, da forma que podem.

Diante disso, é cabível a necessidade de investimento por parte dos poderes públicos quanto a área e divulgação de instituições e plataformas que ofereçam o conhecimento relacionado a inclusão de forma gratuita para os docentes, discentes e população. E, um mecanismo que possa dar vez e voz a PcD para que a sociedade possa lhe ouvir em seu local de fala, quanto às suas dificuldades enfrentadas e como se sente diante dos entraves e preconceitos sociais, e principalmente no âmbito escolar.

Quanto à metodologia adotada pelos professores de Educação Física entrevistados, o resultado foi 40% - Metodologia Crítico Superadora; 20% - Metodologia Ativa; 10% - Construtivista; 20% - Metodologia própria; 10% - Mistura de abordagens. A partir disso, é possível realizar uma análise crítica quanto essa separação de aulas práticas e teóricas expressadas pelos docentes, de forma seriada diante da práxis pedagógica da EF, a partir da necessidade do desenvolvimento integral do aluno. Então, se faz necessário fortalecer a importância da ministração das aulas diante do conhecimento de bases legais e documentos importantes da licenciatura como a LDB, BNCC e PCNs.

Sobre os principais desafios e dificuldades encontrados na ministração das aulas de Educação Física Escolar quanto aos alunos com deficiência de acordo com os entrevistados são: déficit na estrutura, acessibilidade, instalação e material de trabalho; déficit na formação de graduandos quanto a área da inclusão para PcD; déficit na formação continuada e lacuna de capacitação na área inclusiva; o convencimento aos pais e ao estudante com deficiência de que é possível dentro das limitações a participação dele das aulas de EF; o baixo investimento quanto a disciplina de Educação Física nas escolas; a aceitação da turma para com os alunos com deficiência; e a conscientização dos profissionais em relação a inclusão da PcD nas aulas.

As principais estratégias para lidar com os alunos com deficiência foram as seguintes: Prof. 1: “Utilizo do auxílio dos intérpretes para alunos com deficiência auditiva”. Prof. 2: “Envolver a turma como um todo. Costumo fazer com que a turma acolha os alunos com deficiência, e aí faço os alunos com deficiência serem meus auxiliares auxiliar, os faço de por exemplo, assim, envolvo eles nas atividades e com a turma.”. Prof. 3: “Utilizo de explicação individualizada se necessário e tiro foto do quadro e envio para o responsável”. Prof. 4: “Faço uma inicial observação dos comportamentos do aluno e depois conscientização da turma quanto as especificidades dele.”. Prof.5: “Tornar os alunos sem deficiência que são mais próximos do aluno com deficiência para ser ajudante e assim aproximar a turma.”. Prof. 6: “Mostrar aos alunos com deficiência

que são capazes, mostrar aos alunos sem deficiência o devido respeito em relação aos com deficiência.”. Prof. 7: “O diálogo”. Prof. 8: “É o aluno me aceitar e adapto as atividades para os alunos com deficiência”. Prof. 9: “Se apropriar do conhecimento e aplicar; trocar experiências com os demais colegas de trabalho da escola.”. A partir da fala dos docentes é possível observarmos que há sim estratégias que tem dado certo, de acordo com a realidade de cada profissional, e que é possível trocar desculpas como as de que “não tem como inserir a PcD nas aulas”, excluí-las ou minimizá-las por estratégias e ferramentas positivas que são eficazes na inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física Escolar.

Sobre as dificuldades para intermediar a inclusão entre os alunos com e sem deficiência nas aulas de Educação Física Escolar os entrevistados abordaram na grande maioria das respostas: a dificuldade quanto a conscientização; a aceitação dos alunos sem deficiência para com os que têm deficiência na turma; e que quanto mais avança a idade é cada vez mais difícil de aceitarem a PcD nas aulas. Tal como observa-se nas seguintes falas: “Há dificuldade na execução de estratégias para aceitação da PcD em sala”; “conseguir controlar a turma quanto o discernimento das crianças entre o "certo" e "errado", com posturas agressivas diante dos alunos com deficiência”; “Déficit no conhecimento das deficiências, dificuldade maior em libras”; “Alunos sem educação doméstica que gera a falta de respeito com os alunos com deficiência; a não aceitação dos pais com relação aos filhos com deficiência; e o bullying na aula com a PcD”. Diante das falas dos professores, podemos analisar que os maiores entraves para ser intermédio da inclusão nas aulas de EF se referem na maioria dos casos em relação a ausência de respeito, empatia e aceitação dos alunos sem deficiência para com os alunos com deficiência, havendo casos de bullying, que geram celeumas ainda maiores de proporções psicoemocionais nos indivíduos envolvidos. Assim, é necessário estudar esses acontecimentos, e ser dialogado enquanto comunidade escolar estratégias e ferramentas de combate a esses episódios.

As maiores conquistas através da inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física Escolar relatado pelos professores foram: Prof. 1: “Conseguimos montar uma semana de seminários sobre o deficiente auditivo e a sua participação no esporte escolar de alto nível, foi enriquecedor para todos que participaram e se tornou recorrente na escola em que leciono.”. Prof. 2: “Ver a alegria da PcD durante as aulas. Vê-los atuantes nas aulas, e se sentindo inserido, participante e atuante”. Prof. 3: “Conseguir que o aluno com deficiência não fosse excluído das aulas de Educação Física”. Prof. 4: “A

aproximação de uma aluna com síndrome de down que antes mantinha o afastamento.”. Prof. 7: “A partir da vivência do vôlei adaptado em uma comunidade carente.” Prof. 9: “A formação no terceiro ano do ensino médio de uma aluna com deficiência.”.

A partir disso, cabe-nos analisar que houve interseção sobre conhecimento quanto a PcD, na fala de um professor foi captado que em sua aula o aluno com deficiência não estava apenas integrado, mas, também incluído, de modo que estava internalizando a aula, se sentindo parte, aprendendo, vivenciando, e não apenas de “corpo presente” em aula. Foi possível também observar a busca do docente pelo direito do aluno com deficiência quanto à participação nas aulas de EF, e o quanto isso é importante. O bom relacionamento do professor com os alunos, diante da importância de conseguir a confiança dos alunos, e essa também é uma estratégia importante quanto a PcD. Foi possível observar também que houve êxito em levar o conhecimento sobre a PcD e sua realidade com vivência para além dos muros da escola com os alunos, e isso também é algo altamente agregador e de impacto social positivo. A conquista através do alcance de objetivos e metas dos alunos, que seriam ditas “inalcançáveis” pela sociedade, porém, foi alcançável pela PcD, contradizendo a ideia preconceituosa que associa a Pessoa com Deficiência à invalidez. No geral, a conquista dos docentes tomou base na participação e inclusão dos alunos com deficiência nas aulas, mesmo que fosse de médio a longo prazo para que isso se tornasse real, mostrando que é preciso paciência, persistência e o desenvolvimento de um trabalho contínuo dos professores com os alunos com deficiência.

A partir da importância da inclusão de Pessoas com Deficiência nas aulas de Educação Física Escolar, diante da visão dos docentes entrevistados eles relataram que: Prof. 1: “Primordial importância para diminuirmos a distância entre o ensino aprendizagem dos estudantes atípicos”. Prof. 2: “Compreender o que se passa com o outro, tentar entender as dificuldades com o outro. Sermos mais humanos e termos empatia. Que a deficiência não transforma o ser humano em incapaz.”. Prof. 3: “Propensão a se identificar com algum esporte, relacioná-lo de forma prazerosa na vida e dar início a prevenção diante da promoção da saúde.”. Prof. 4: “A inclusão nas aulas de Educação Física é mais um meio de inserir o indivíduo com deficiência na sociedade e fazê-lo gostar, sentir prazer. E fazer os demais olhá-lo com outros olhos. É um crescimento para todos, alunos e professores.”. Prof. 6: “Mostrar que é possível e temos que tentar de todas as formas a condição de possibilidade de realização.”. Prof. 7: “A inclusão é importante para a sociedade, uma sociedade que não se adapta às diferenças gera preconceito e dissemina problemas. Professores que se capacitem e se preparem para

lidar com esse público.”. Prof. 8: “Não podemos excluir ninguém na vida. A interação e socialização dos alunos com deficiência e dos sem. Todas as escolas deveriam intermediar a inclusão. Prof.9:” Promover equidade, e não apenas igualdade para que todos sejam incluídos na sociedade.”.

Segundo Fernandes; Da Costa; Dos Anjos (2021), a inclusão escolar ultrapassa as leis, projetos políticos pedagógicos engavetados, e a concepção individual de cada um, pois, as leis enquanto modo teórico são belas, contudo, quanto a sua aplicabilidade é muito falha; não há adequação aos alunos que necessitam de profissionais capacitados e estrutura condizente com as necessidades dos discentes com deficiência em que o dia a dia da escola evidencia preconceito de docentes receosos com a lacuna do saber lidar e o interesse do lecionar específico, sendo necessário abrir a visão para uma troca de experiências mútua e agregadora, respeitando as necessidades, capacidades e momentos de cada aluno.

Então, diante de tudo o que foi mencionado na fala dos docentes é válido ressaltar a importância da inclusão da PcD nas aulas de Educação Física com a perspectiva de incluí-los, através da equidade que adapta as situações de forma justa e acessível a todos de acordo com cada realidade. De forma que, a partir da inclusão é possível vivenciar o desenvolvimento de princípios como o respeito ao próximo e a empatia, garantir o acesso à educação para todos, e o desenvolvimento da PcD com o social.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa concluiu que, de acordo com as entrevistas narrativas os professores de Educação Física Escolar, em relação às aulas para alunos com deficiência, possuem déficit quanto a didática empregada e o saber lidar com esse público diante de uma lacuna que é formada inicialmente na graduação, em que a academia não contempla disciplinas e não há carga horária prática suficiente para capacitar e preparar os profissionais para o campo em questão. E, assim, formando professores não preparados para a área da inclusão/adaptada para a PcD, necessitando “correr atrás do prejuízo”, se capacitando através de cursos, que nem todos possuem acesso. A grande maioria aprende a lidar com esse público na prática do dia a dia, em que muitos alunos acabam não recebendo a educação de qualidade que deveriam devido a esse déficit na capacitação e escassez de profissionais preparados para recebê-los no âmbito escolar. Infelizmente, ainda existem professores em exercício que não sabem lidar com o público, mas, lecionam para eles devido a necessidade.

De acordo com o formulário, a maioria afirmou que ocorria inclusão em suas aulas de Educação Física Escolar, mas, durante a entrevista deixaram de forma duvidosa se havia inclusão de fato ou apenas integração dos alunos nas aulas. Contudo, todos relataram abordar sobre inclusão em suas aulas de forma segura e exemplificada, o que é um fator positivo para a educação, ressaltando a importância de o docente intermediar a inclusão nas aulas de Educação Física e abordar sobre a temática em suas aulas.

Foi constatado déficit quanto à formação continuada da área da inclusão e quanto ao interesse dos professores nos cursos da área. Assim, é importante falar a respeito da necessidade de investimento por parte dos poderes públicos quanto à área inclusiva e a divulgação de instituições e plataformas que ofereçam o conhecimento relacionado a inclusão de forma gratuita para os docentes, discentes e população.

A partir da fala dos docentes quanto à metodologia utilizada por eles para ministração das aulas, fica claro a importância de ressaltar aos docentes o conhecimento e embasamento de bases legais e documentos importantes da licenciatura como a LDB, BNCC e PCN.

Diante das dificuldades, estão presentes entraves como ausência de educação doméstica por parte dos alunos sem deficiência que geram um ambiente hostil para os alunos com deficiência, a falta de respeito, empatia, aceitação e até presença de bullying, a ausência de boa estrutura, materiais adequados, e déficit na capacitação adequada para lidar com o público específico. Sendo necessário alertar de todas essas necessidades e problemáticas para o poder público e entidades que investem na área da educação. Mesmo diante de todas as dificuldades e desafios, existem estratégias para que a inclusão ocorra e seja efetivado o direito legal e social dos alunos com deficiência de participarem ativamente das aulas de Educação Física.

A partir do cenário de pandemia, ficou evidenciado notoriamente e midiaticamente, para toda a população, a vasta relevância dos profissionais da Educação, em especial o profissional de Educação Física, que a partir da importância das práticas corporais não apenas para os aspectos motores, mas também, psicológicos, cognitivos e emocionais para tratar de questões importantíssimas para a saúde dos indivíduos como ansiedade e depressão, que é o mal do século. Além da importância da sociabilidade para os indivíduos, ressaltando a relevância da inclusão de alunos com deficiência no âmbito escolar, e nas aulas de Educação Física de forma efetiva.

## REFERÊNCIAS

AAKER, David; KUMAR, V. & DAY, G. **Marketing research**. John Wiley & Sons, Inc. 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. rev. e atual. Lisboa: Edições, v. 70, p. 3, 2009.

BIERNACKI, P. & WALDORF, D. **Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling**. Sociological Methods & Research, vol. n° 2, November. 141-163p, 1981.

BRASIL, Constituição (1988) 20. Ed. São Paulo:Saraiva, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Brasília, 1998. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423>. Acesso em: 05 abr. 2019.

BRASIL. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. p. 39 - 40.

BRASIL. Lei n.13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em 06 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 05 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 06 mai. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus editora, 2010.

CHURCHILL, Gilbert. **Marketing research: methodological foundations**. 2a ed. The Dryden Press. 1998.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: 2ª ed.Cortez, 1992.

CORDEIRO, Andrea Gomes de Souza Lemos. Pessoas com deficiências: cidadania e inclusão escolar. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 10, p. 21580-21591, 2019.

Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais. Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Espanha. 7-10 de junho, 1994. p. 5 – 6. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 04/05/2019.

EVÊNCIO, Kátia Maria de Moura (Org.). **Educação Inclusiva - diversos olhares entre teorias e práticas**. Paraná: Appris Editora, 2018.

FERNANDES, Ana Paula Dias; DA COSTA, Rosimeire Soares; DOS ANJOS, Iara da Silva Amorim. Inclusão escolar: um paralelo entre a teoria e a prática. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 8, p. 86173-86186, 2021.

FONSECA, Vitor da. **Prelúdio Psicomotores do pensamento: introdução à obra de Wallon in Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Argos, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GHIRALDELLI, Paulo. **Educação física progressista**. Edições Loyola, 1991.

KINNEAR, Thomas C. & TAYLOR, James R. **Marketing research: an applied approach**. Mc Graw Hill. 1979.

MINAYO, Maria Cecília. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. de Souza-Minayo MC, compilador. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*, v. 23, p. 9-29, 2000.

PENROD, J.; PRESTON, D.B., CAIN, R. & STARKS, M.T. **A discussion of chain referral as a method of sampling hard-to-reach populations**. *Journal of Transcultural nursing*, vol 4. nº 2. April, 2003. P.100-107.

SOUZA JUNIOR, Marcílio et al . Coletivo de autores: a cultura corporal em questão. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte (Impr.)*, Porto Alegre , v. 33, n. 2, p. 391-411, June 2011 . disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010132892011000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132892011000200008&lng=en&nrm=iso). Acesso em 17 abr. 2018.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Dimensões sociais do esporte**. Cortez Editora, 1992.

WORLD HEALTH ASSOCIATION. Division of Mental Health. *Qualitative Research for Health Programmes*. Geneva: WHA, 1994.